



EXAME DE ORDEM 01/2006

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

TURNO MANHÃ

QUESTÕES PRÁTICAS

Área de Opção: Direito Penal e Processual Penal

Instruções

1. Verifique se este caderno contém **05 questões práticas** e se a área de opção está correta. Caso contrário, solicite um novo caderno ao fiscal da sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
2. Responda às questões com letra legível, utilizando caneta de tinta azul ou preta e procurando não ultrapassar os limites propostos.
3. Observe que **não** é permitido o uso de corretivo líquido ou borracha.
4. Evite formular perguntas após o início da prova. O entendimento da questão faz parte da avaliação.
5. **Não aponha sua assinatura no corpo das folhas de respostas nem coloque qualquer sinal de identificação.**
6. Não se retire da sala antes de transcorrida **1 hora** do início da prova.
7. Devolva, ao término da prova, **o caderno de questões e as folhas de rascunho** ao fiscal da sala.
8. Lembre que o tempo de duração da prova é de **4 horas**.

Observação: Preencha o nome em letra de forma, aponha sua assinatura e seu número de inscrição e indique a cidade de realização da prova. Não faça nenhum sinal identificador em qualquer outro campo deste caderno.

Nome: _____

Assinatura: _____

Nº de Inscrição:

--	--	--	--	--	--	--

Cidade de Prova: _____

QUESTÕES PRÁTICAS

Questão 01. André Malthus, primário, com 19 anos na data do fato, foi condenado como incurso nas sanções do art. 157, *caput*, do Código Penal, à pena privativa de liberdade de 4 anos de reclusão em regime inicial aberto e multa. A sentença condenatória transitou em julgado em 02/02/2001. O cumprimento da pena teve início em 15/02/2001, na cidade de Porto Alegre-RS. Em 20/03/2001, André deixou de se apresentar no albergue, estando foragido desde então.

Você, como advogado de André Malthus, postulou ao Juízo de Execução Criminal de Porto Alegre, em 03/04/2005, a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão executória de seu cliente. No entanto, o Juiz indeferiu o pedido, sob o argumento de que não havia lapso temporal que justificasse a prescrição postulada. Diante desta situação, aponte:

- a) a medida processual cabível; **(até 0,5)**
- b) o fundamento legal da medida. **(até 0,5)**

Questão 02. Após a apresentação de alegações finais pelas partes, em ação penal pela prática do crime de apropriação indébita previdenciária, na forma continuada (art. 168-A c/c o art. 71, ambos do Código Penal), entendeu o julgador monocrático condenar o acusado à pena privativa de liberdade de 2 anos e 4 meses de reclusão, a qual substituiu por 2 penas restritivas de direitos. Inconformado, o réu interpôs recurso de apelação, que restou improvido, por unanimidade. Novamente irresignado, interpôs o réu recurso especial, que teve seguimento no Tribunal. Ao tomar conhecimento da manutenção da condenação em grau de apelo, o Juízo prolator da sentença de primeiro grau, mesmo com o recurso especial em tramitação, determinou a cientificação do réu para imediato cumprimento das penas restritivas impostas. Diante da postura do Juiz, sendo você advogado do réu, responda:

- a) qual a medida processual cabível para impedir o início dessa execução provisória e qual sua base legal? **(até 0,5)**
- b) onde deverá ser ela distribuída? **(até 0,5)**

Questão 03. Em 26/09/2005, Lindomar Joe, por motivo fútil, desferiu golpes fatais de facão contra sua esposa, Janis Joe, realizando o tipo penal descrito no art. 121, § 2º, inc. II, do Código Penal. Recebida a denúncia em 14/11/2005, o réu foi interrogado em 24/11/2005. As testemunhas de acusação e de defesa foram ouvidas em 20/02/2006. Após a realização das diligências solicitadas pelas partes, as alegações finais foram protocoladas tempestivamente. O Juiz, ao analisar as teses da acusação e da defesa, observou a existência de prova da materialidade e de indícios suficientes de autoria, pronunciando o réu. Como advogado de Lindomar Joe, indique:

- a) a medida processual cabível e seu fundamento legal se você entender que a referida qualificadora não se configurou; **(até 0,5)**
- b) o prazo, a forma de interposição e a quem deve ser dirigida a medida. **(até 0,5)**

(SEGUE NO FINAL DO CADERNO)

-
- Questão 04.** Jair dos Santos foi condenado pelo Tribunal do Júri, pela conexão, em concurso material, à pena de 22 anos de reclusão, sendo 7 anos pelo delito de estupro e 15 anos por homicídio qualificado, ambos cometidos contra uma policial rodoviária federal quando no exercício de sua função e em razão dela. Uma das teses defensivas não foi objeto de quesitação aos jurados, o que levou você, como defensor de Jair, a registrar protesto específico em ata. Irresignado, Jair pretende insurgir-se contra a decisão. Diante desta situação, responda fundamentadamente:
- a) qual a medida processual cabível? **(até 0,5)**
 - b) qual o prazo de interposição e para quem deve ser dirigida a análise do mérito da inconformidade recursal? **(até 0,5)**

-
- Questão 05.** Em 19/12/2005, na fila de uma agência bancária do Município de Pororó, pessoa não identificada no momento do fato ofendeu o deficiente físico Aderbal da Rosa, com 72 anos, em face de privilégio que a vítima gozaria na fila do banco, utilizando em público expressões de baixo calão (*velho sujo, pernetá e inválido*). Em 10/01/2006, durante o inquérito policial, chegou-se ao nome de Marcos da Silva como autor do fato. Em 30/01/2006, a vítima faleceu. Em 17/04/2006, Rogério da Rosa, único parente e filho do ofendido, procurou seu escritório profissional, solicitando providências judiciais para apuração de crime. Diante desta situação, responda:
- a) qual a medida a ser tomada? Justifique sua resposta. **(até 0,25)**
 - b) quem tem legitimidade para intentar a medida e qual o fundamento legal? **(até 0,25)**
 - c) qual o prazo para a providência judicial e desde quando deve ser contado? **(até 0,25)**
 - d) a que juízo a medida deve ser endereçada? **(até 0,25)**

Observação: Conforme o artigo 19 do Regulamento do Exame de Ordem 01/2006, a nota final da prova prático-profissional será expressa, em números inteiros, na escala de 0 (zero) a 10 (dez). A cada questão prática será atribuída nota na escala de 0 (zero) a 1 (um) e, à peça processual, nota de 0 (zero) a 5 (cinco). As questões práticas e a peça processual corresponderão ao peso de 50% (cinquenta por cento) cada uma. A nota final da prova será igual ao somatório das notas obtidas nas questões práticas e na peça processual, arredondando-se, se for o caso, para o número inteiro imediatamente superior.